

**RESOLUÇÃO Nº 27/2011**  
(Publicada no Diário Oficial de 08/10/11)

Alterada pelas Resoluções nºs 22/13, 12/16 e 55/20.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à GGS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM 1100110013858,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à GGS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 03.230.915/0001-81 e IE nº 051.230.351PP, instalada no município de Feira de Santana, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações saídas de confecções, acessórios do vestuário, colchonetes, bandeiras e meias com prazo fruição dos benefícios de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de novembro de 2011.

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 55/20, de 10/11/20, DOE de 12/11/2020, efeitos a partir de 12/11/2020.

**Redação anterior dada ao inciso I do art. 1º pela Resolução nº 12/16, de 03/05/16, DOE de 11/05/16, efeitos a partir de 01/05/16:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações saídas de confecções, acessórios do vestuário, colchonetes, bandeiras e meias com prazo contado a partir de 1º de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2020."*

**Redação anterior dada ao inciso I do art. 1º pela Resolução nº 22/13, de 27/06/13, DOE de 11/07/13, efeitos a partir de 11/07/13 a 10/05/16:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações saídas de confecções, acessórios do vestuário, colchonetes e bandeiras com prazo contado a partir de 1º de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2020."*

**Redação originária, efeitos até 10/07/13:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de confecções, com prazo contado a partir de 1º de novembro de 2011 até 31 de dezembro de 2020."*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas:

**a)** importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação e

**b)** nas importações e nas aquisições internas com insumos e embalagens destinados a fabricantes de confecções, nos termos da alínea "b", inciso I e alínea "a", inciso III do art. 2º e inciso LVIII (confecções de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida – CNAE 1812-0/01, atualmente 14.12-6/01) do art. 3º todos do

Decreto nº 6.734/97 e alterações, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 25 de outubro de 2011.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente